

ÁGUA: UM BEM SOCIAL OU UM RECURSO ECONÔMICO? O CASO DO ASSENTAMENTO DE JOEIRANA — SÃO MATEUS (ES)

Tarcisio José Föeger

Graduando em Geografia
da Universidade Federal do Espírito Santo

A ÁGUA E A HUMANIDADE

Desde os primórdios da humanidade, a água sempre foi considerada um elemento indispensável à vida. A cultura, a agricultura, os transportes, o lazer e outras atividades desenvolvidas pelo homem sempre estiveram relacionadas à existência da água. Daí a distribuição dos homens em torno desse elemento vital.

Considerando-a um recurso renovável, a sociedade, adotando uma visão “otimista” em relação à perenidade desse recurso, usou-o de forma abusiva no decorrer desses últimos séculos, tornando muitas vezes irreversível seu aproveitamento. Entretanto, ao contrário do que pensávamos até bem pouco tempo, a água é definitivamente um elemento finito, de tal forma que, devido a seu uso sem limites pela sociedade, na economia, na agricultura e em outras instâncias, a água, antes um recurso abundante, agora é escassa.

A identificação do homem com a água transcende a pura necessidade fisiológica e permeia a qualidade da existência e dos sentimentos. O desenvolvimento de diversas sociedades no mundo ao redor dos corpos d’água mostra que tal evolução somente foi possível com uma relação íntima, de autogestão e de respeito, pois a água sempre foi um recurso limitado e limitante: limitado, devido à possibilidade de acabar; limitante, devido à sua influência sobre o desenvolvimento, principalmente o econômico.

A ÁGUA E OS CONFLITOS

A distribuição da água no mundo ocorre de maneira muito irregular. De toda a água retida na Terra, 97,4% estão nos oceanos; 1,8%, nos pólos. Somente 0,8% é potável e disponível (A DÉCADA..., 1981, p. 11). Com relação a esta última, a distribuição também é muito desigual: dos cento e noventa países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU),

apenas nove¹ detêm cerca de 50% da água disponível no mundo (ASSUNÇÃO, 2002, p. 53). Em muitos países, não existe água nem mesmo para suprir as necessidades vitais do ser humano; 1,4 bilhão de pessoas no mundo não tem acesso à água e cerca de 2 bilhões não têm sistema sanitário (PETRELLA, 2002, p. 26). Isso faz com que esse elemento vital se transforme num “recurso estratégico”, pois, como já ocorre em diversas regiões do mundo, o controle de reservas de água pode expandir-se para todo um espaço geográfico de influência.

Uma grande parte da disponibilidade hídrica é resultado da distribuição do volume de chuvas anuais no mundo, uma distribuição que também se dá de maneira desigual.

Observando o mapa acima, percebe-se a desigualdade na pluviosidade terrestre. As chuvas são abundantes em regiões como as equatoriais, e em outras áreas, como no norte da África e no Oriente Médio, chove, em determinadas épocas, menos de 100 milímetros por ano, uma escassez que gera grandes problemas.

O desencadeamento de inúmeros conflitos no globo resulta de uma verdadeira disputa pela água no mundo. No Oriente Médio, uma região densamente árida e palco de grandes guerras, um dos motivos da discórdia entre judeus e árabes foi a ocupação, por parte de Israel, em junho de 1967, das colinas de Golã, uma área de importantes fontes de água potável na região, fato que fez aumentar a pressão geopolítica e, conseqüentemente, o poder israelita.

Na região da Caxemira, situada na Ásia, alvo de uma sangrenta disputa entre a Índia e o Paquistão, além das discordâncias religiosas, também existe o fato de a área disputada dispor de grandes mananciais, tornando-a um ponto estratégico-militar de absoluta importância.

Outros conflitos também muito sérios ligados a essa questão acontecem em diversas regiões do globo terrestre, como na África do Sahel, onde pessoas têm de atravessar quilômetros em busca de água (DE VILLIERS,

2002, p. 97). Por diversas ocasiões são relatadas verdadeiras guerras entre tribos rivais, por causa desse recurso. Aliás, vale ressaltar que o termo “rival” provém do latim *rivus* que significa rio, riacho. Muitas dessas batalhas são totalmente desconhecidas do mundo globalizado.

NO BRASIL

Por causa de sua grande extensão territorial, o Brasil apresenta características distintas bem expressivas de uma região para outra. Essas disparidades regionais são frutos de características naturais. A bacia amazônica, por exemplo, a maior do mundo em volume de água doce, tem ao lado o Nordeste semi-árido, onde regiões passam até onze meses sem chuvas, como é o caso do interior do Piauí.

Aliados a essas características naturais, devem ser analisados os processos de configurações espaciais que se desenvolveram em muitas regiões, principalmente na faixa litorânea, frutos dos seguidos ciclos da história econômica do País. Isso significa que as duas regiões mais densamente povoadas do Brasil, o Sudeste e o Nordeste, são as que mais “sofreram” com a ocupação e, posteriormente, com o uso degradante dessas áreas.

Em *A ferro e a fogo*, Waren Dean (1996) relata como foi o processo de devastação da Mata Atlântica brasileira no decorrer dos séculos. Analisando as condições em que se encontra nos dias atuais, percebemos como foi fatal essa forma de ocupação do ponto de vista dos recursos hídricos, em muitas regiões do País, pois esses dois componentes naturais, água e florestas, estão intimamente ligados e dependentes.

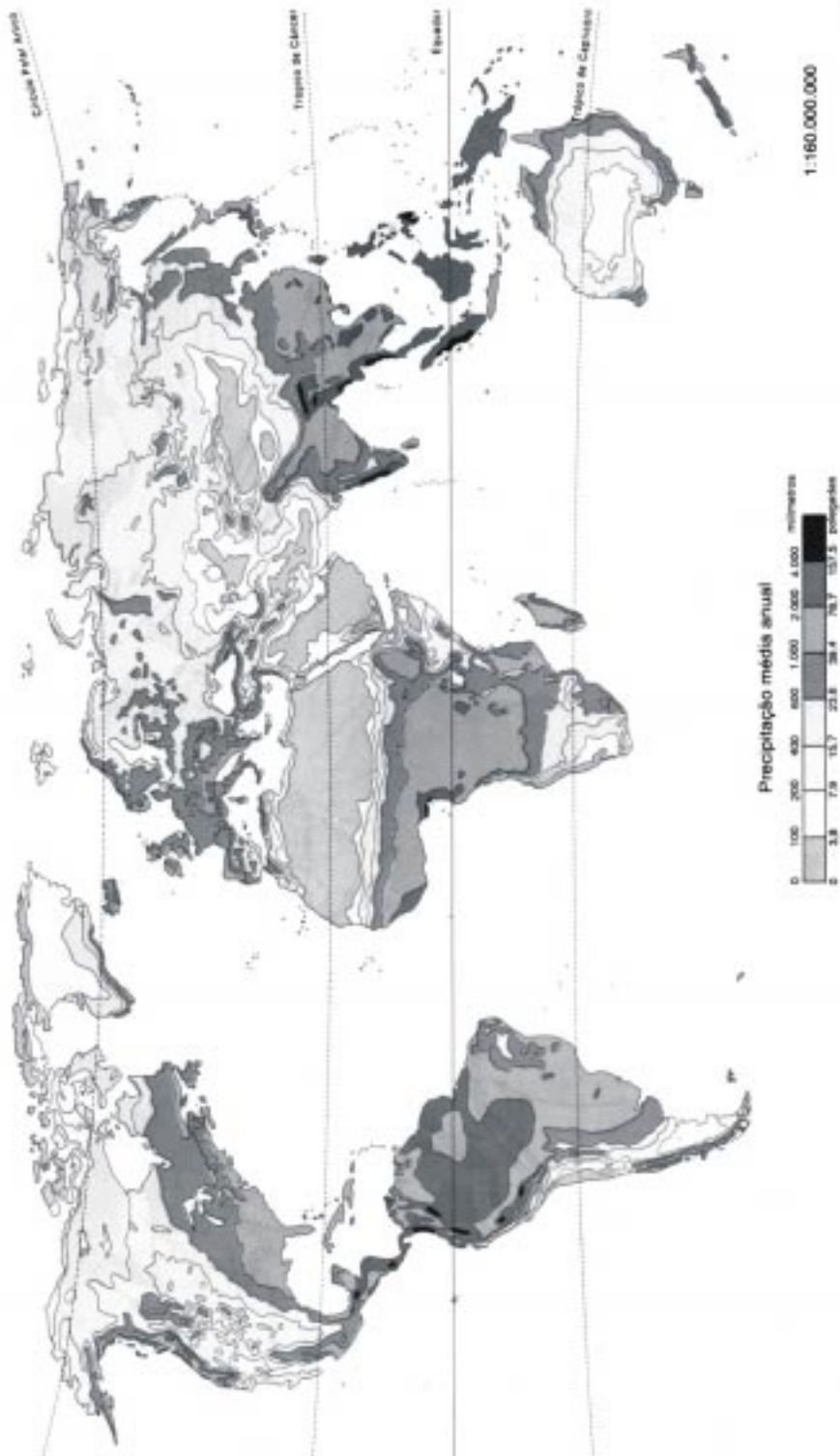
Ainda sobre as disparidades regionais brasileiras, percebe-se que as regiões mais povoadas do País, o Sudeste e o Nordeste, com 42,65% e 28,91% da população, respectivamente, (IBGE, 2002), portanto, demandam maiores quantidades de água, são as que possuem menor disponibilidade de recursos hídricos, com 6% e 3,3%², respectivamente, do total do recurso no País.

1. Os nove países detentores de recursos hídricos são:

Brasil – 5.670 km²;
Rússia – 3.904 km²;
China – 2.880 km²;
Canadá – 2.850 km²;
Indonésia – 2.530 km²;
EUA – 2.478 km²;
Índia – 1.550 km²;
Colômbia – 1.112 km²
e Zaire – 1.020 km².

2. Dados da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente.

Figura 1
Índice pluviométrico anual



A produção econômica do Brasil, em sua maioria no complexo regional centro-sul, é responsável por uma grande quantidade de consumo hídrico, destacando-se a agroindústria de exportação que, por meio de grandes projetos de irrigação, é responsável por mais de 60% do consumo de água³, e a atividade industrial em diversos setores, como os da celulose, do alumínio e do aço, entre outros, que, em seu processo produtivo, demandam um grande consumo de água.

Comparado ao que é demandado pelas atividades econômicas, o consumo humano de água no País, tanto no meio rural como no urbano, representa pequenas parcelas desse montante. Nas regiões em que a disponibilidade é menor, a água torna-se um “foco central” de luta entre sociedade e produção. Nos últimos anos, o lado teoricamente mais fraco nessa luta não tem tido chances diante do poder político-econômico. Portanto, o bem social representado pela água foi captado e transformado em bem econômico de produção.

CRISE ATUAL E INSUSTENTABILIDADE

A intervenção descontrolada do homem sobre o consumo da água gerou uma série de impactos, muitos dos quais irreversíveis, apesar de toda a capacidade de autodepuração⁴ que os corpos d'água possuem.

A crise no Brasil, do ponto de vista ambiental, gerada pelo sistema econômico através da implantação de grandes projetos, resultou no elevado consumo e na degradação dos recursos hídricos. Os grandes projetos industriais, os complexos sistemas de irrigação das agroindústrias de exportação que utilizam em suas atividades uma série de substâncias tóxicas, ao despejá-las no ambiente, contribuem assustadoramente na configuração do quadro atual.

A crescente urbanização no mundo e particularmente no Brasil após o decênio de 1960 gerou uma série de impactos ambientais. Os recursos hídricos, mais uma vez, foram um

dos principais alvos. A captação de água para o abastecimento, exigida para as atividades urbanas, sobretudo as industriais, faz-se necessária em grande quantidade. A emissão de efluentes⁵, responde por um quadro de absoluta falta de perspectiva para a solução desses problemas.

Através de modelos de desenvolvimento, boa parte deles impostos à sociedade, acirrou-se o conflito entre o ser humano e seu meio, numa relação profundamente insustentável, apesar das tentativas de debate sobre a temática ambiental, que ganharam grande força nos últimos anos, principalmente com a criação de organizações não governamentais (ONGs) de caráter ambiental.

A crise da água em seus diversos segmentos é, conseqüentemente, responsável pela atual crise na saúde da população. Em médio prazo, será responsável pela crise dos alimentos e, no amanhã, responderá pela crise da vida (CHRISTOFIDIS, 2002, p.15).

RECURSOS E SOCIEDADE

A sociedade sempre transformou elementos naturais em recursos. No decorrer da história humana, esses recursos variaram bastante em natureza, pois as necessidades de cada época fizeram surgir buscas por novos materiais ou matérias-primas.

Os recursos básicos para a sociedade pré-capitalista eram o solo, o ar e a água, elementos que geravam condições para a vida e, principalmente, para a fixação do homem no meio. Segundo Petrella (2002, p. 21), os recursos hoje são outros: o dinheiro, a informação e a água. Como podemos observar na sociedade atual, muito dos elementos básicos mudaram de importância, mas a água continua a ser um fator de preocupação, desde as sociedades primitivas e rurais até as atuais e urbanas.

PRIVATIZAÇÃO DOS RECURSOS

Na tentativa de criar regras para o acesso aos recursos, muitas vezes a privatização é vista, por parte dos governantes, como a melhor forma. Na maioria das vezes, essa política gera

3. Dados publicados pela revista *Agronegócios*, em janeiro de 2001.

4. Capacidade de eliminação de poluentes através de processos naturais.

5. Dejetos sanitários, hospitalares e industriais.

uma série de desigualdades, pois há uma restrição ao acesso a esses recursos, que atinge boa parte da sociedade.

Como exemplo, podemos citar a política de privatização da terra no Brasil, criada em 1850, com a “Lei de Terras”, que restringiu o acesso a esse recurso a somente os que tinham dinheiro. Isso gerou uma série de desigualdades no campo, provocando uma reação que se tem ramificado para as cidades até os dias atuais, haja vista as lutas sociais, como as promovidas pelos Sem-Terra. Esse é apenas um exemplo de como pode vir a se tornar um grande problema: uma forma equivocada de cobrança pela água, que, ao invés de ser consumida racionalmente, poderia ser monopolizada, dificultando-se ou negando-se o acesso a esse recurso a boa parte da sociedade.

A busca de uma saída para a crise deve iniciar-se com a tentativa de saber quanto se consome de água, quem a consome mais e, a partir daí, propor normas para o acesso a esse bem e responsabilidade pelo seu uso, pois uma grande empresa de aço, por exemplo, não consome o mesmo que um cidadão; um grande projeto de irrigação de uma grande agroindústria não consome o mesmo que uma comunidade de pequenos agricultores rurais.

Bem público ou bem econômico, a gestão da água deve ser participativa, e não realizada através de “modelos implementados”, que generalizam tudo e todos e não levam em consideração as necessidades locais, principalmente as das comunidades. A Geografia tem papel fundamental nesse processo, uma vez que trata do planejamento territorial.

GESTÃO E AUTOGESTÃO

O ato de administrar o bem público deve ser da responsabilidade de todos. Compreendendo-se a água como um bem público, todos os atores sociais, os políticos, os cientistas, os ambientalistas, os industriários, entre outros, devem participar da gestão dos recursos hídricos de sua região.

Disciplinando-se o uso desse recurso, poder-se-á chegar ao bem-estar social e alcan-

çar o bem-estar econômico. A disciplina envolve várias instâncias, entre elas o Estado, cuja função seria a de fornecer os instrumentos para a gestão com a participação das comunidades rurais e urbanas. Se for proposta a cobrança pelo uso da água, que aquilo que vier a ser arrecadado seja aplicado na própria bacia ou região, através de programas que visem a um desenvolvimento sustentável.

Os fóruns e comitês, ou outras organizações com o mesmo caráter, têm uma função primordial na gestão dos recursos hídricos. São canais de diálogo que devem intervir com isenção, envolvendo a todos, agindo de forma que tenham acesso às informações, que participem no processo de tomada de decisões nas quais estará em foco não somente a sobrevivência do homem, mas também a construção da cidadania.

CASO ESPECÍFICO

Na busca de aprofundar mais este assunto e analisá-lo sob uma base empírica, tentar-se-á compreender a realidade de uma comunidade, entre várias que estão na mesma situação, ou seja, que usam a água de uma forma racional, como um elemento altamente importante na produção, mas que podem ser prejudicadas com a devida cobrança.

Uma pesquisa⁶ desenvolvida no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo em parceria com a Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE/ES) busca compreender um pouco da realidade hídrica do norte do Estado, por meio do contato com diversas comunidades que apresentam características culturais profundamente ligadas à água, tais como a pesca artesanal, a navegação, a pequena agricultura, a religião e outras mais. Nesses núcleos, como os quilombolas do rio Angelim, do córrego do Macuco, do rio Linharinho; as comunidades de pequenos agricultores dos municípios de São Mateus, Conceição da Barra, Nova Venécia, entre muitos outros, foram

6. Pesquisa realizada para elaboração da monografia do autor.

levantadas diversas questões que auxiliaram na reflexão sobre o uso da água.

A relação dessas comunidades, muitas das quais centenárias, com o meio propiciou a construção de territórios, nos quais se desenvolveram vários aspectos da cultura local e de fixação do homem. Esses espaços de cultura vão muito além das danças, das crenças, da religiosidade, e passam por uma visão de *unicidade* com recursos naturais que interferem de forma decisiva na sobrevivência desses núcleos populacionais. A visão que possuem, principalmente da água, traduz-se em uma relação *ribeirinha*, em que o rio faz parte da vida cotidiana.

Uma dessas comunidades é a de Joeirana, localizada no km 48 da Rodovia ES-381, que liga os municípios de São Mateus e Nova Venécia, no Espírito Santo.

Essa comunidade, que leva o nome de um rio, é um assentamento do Governo Federal.

Tem uma área aproximada de 282.550 ha⁷, foi criada em 1987 e é composta por 18 famílias. Vive basicamente da produção rural, do cultivo de várias espécies vegetais (hortaliças, frutas e raízes) e animais (galinhas e patos).

Segundo relatos dos assentados, a produção nos últimos anos tem-se tornado difícil pela falta de programas do Governo que subsidiem as atividades produtivas da comunidade. O cultivo é desenvolvido de forma rudimentar, não propiciando muitas vezes uma boa produtividade.

Partindo do princípio de que água é peça fundamental para as atividades agrárias, a comunidade de Joeirana mantém um reservatório que alimenta o cultivo local e permite uma pequena produção. Segundo levantamentos feitos, esse reservatório, mesmo em épocas de seca a que a região está sujeita, jamais secou. Daí sua importância para a comunidade.

7. Um hectare equivale a 10.000 m².

Figura 2
Localização da comunidade de Joeirana, no Espírito Santo



A Lei n.º 9.433/97, que instituiu a política nacional de recursos hídricos, em seu artigo 12, incisos I e II, reza:

Art. 12 – Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos:

I - derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo;

II - extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo [...]

Esse processo produtivo, ao qual se refere a Lei, no caso de Joeirana refere-se à sobrevivência da comunidade, intimamente ligada à produção. O uso da água pelos produtores é devidamente citado no artigo da Lei.

A autorização para uso da água remete à devida cobrança, o que seria desastroso para a realidade da comunidade sob ponto de vista financeiro.

A cobrança pelo uso da água é contemplada no artigo 19 dessa mesma Lei:

Art. 19 – A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva:

I - reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;

II - incentivar a racionalização do uso da água;

III - obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.

Como é perceptível, a tentativa de se cobrar para dar o merecido valor ao recurso não é a realidade de Joeirana. A busca pela racionalização da água pode ser alcançada de outra forma, como a educação. A fixação de valores, por meio da legislação que é macro, não leva em conta uma realidade espacial, local, pode ser injusta, quando não distingue quem realmente consome a água.

A relação da comunidade com a água, como no caso de Joeirana, é um simples exem-

plo de intervenção sustentável do ponto de vista hídrico. Saber o significado da importância do recurso é uma questão cultural, que envolve o hábito de cultivar a terra e de depender de recursos como a água. Então, o valor que a comunidade atribui à água é o valor da sobrevivência e está acima de qualquer valor monetário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta central deste artigo foi compreender, sob diversos aspectos, a situação em que se encontram os recursos hídricos no mundo, bem como os reflexos que essa situação traz para as sociedades locais, partindo do princípio de que a água é um elemento natural de profunda importância e está intimamente ligada às relações sociais no mundo, interferindo de forma direta no desenvolvimento dessas relações.

No Brasil, é perceptível o grande impacto que incide sobre os corpos d'água e seus reflexos sobre a sociedade. É perceptível também como o consumo desse recurso se faz sem a devida responsabilidade. O grande problema é que temos uma visão equivocada de que vivemos em um país continental⁸, onde todos os recursos são abundantes, e nos esquecemos de que essa extensão também poderá gerar grandes problemas socioambientais.

A cobrança da água no Brasil, regulamentada pela Lei n.º 9.433/97, em seu artigo 19, deve ser mais bem discutida com a sociedade, ao invés de ser imposta como são outras leis no País. Para que o ônus não recaia somente sobre a população, devemos propor uma gestão mais participativa, sempre considerando a água como um bem social, e não só como um recurso econômico.

Dar valor monetário a um bem social não é algo a ser tratado somente por uma lei. É preciso rever uma série de fatores e reconhecer a importância de uma política social responsável voltada para o uso dos recursos hídricos.

8. Quinto maior país do mundo, com 8.511.996 km² (Dados do IBGE).

REFERÊNCIAS

- A DÉCADA DA ÁGUA. *Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 11-17, 1981.
- ASSUNÇÃO, F. N. Conflitos pelo uso dos recursos hídricos. In: THEODORO, S. *Conflitos e uso sustentável dos recursos naturais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. p. 53 –69.
- AZEVEDO, L. G. T. de; BALTAR, A. M.; FREITAS, P. A experiência internacional: a cobrança pelo uso da água. THAME, A. C. M. *Água no século 21*. São Paulo: IQUAL, 2000. p.19-27.
- BARTH, F. T. *Evolução nos aspectos institucionais e no gerenciamento de recursos hídricos no Brasil: o estado das águas no Brasil – 1999*. Brasília, DF: ANEEL, 1999.
- BRASIL, Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a política nacional de recursos hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1.º da Lei n.º 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei n.º 7.990, de 28 de dezembro de 1989. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 9 jan. 1 997. Seção L, p.11.
- BURSZTIN, M. *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- CHRISTOFIDIS, D. Considerações sobre conflitos e uso sustentável em recursos hídricos. In: THEODORO, S. *Conflitos e uso sustentável dos recursos naturais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. p. 13-28.
- DEAN, W. *A ferro e a fogo: a história da devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DE VILLIERS, M. *A água: como este precioso recurso natural poderá acarretar a mais séria crise do século XXI*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- IBGE. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, 2002.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Recursos Hídricos. *Águas do Brasil*. Brasília, ano 2, n. 4, p. 1-70, jun./ago. 2001.
- MOTA, S. *Preservação e conservação de recursos hídricos*. 2 ed. Rio de Janeiro: ABES, 1995.
- PETRELLA, R. *O manifesto da água: argumentos para um contrato mundial*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

RESUMO

A água é um elemento vital à sobrevivência das sociedades. Sendo um recurso renovável, mas finito, despertou um grande interesse nos últimos decênios, principalmente devido ao fato de muitas regiões do globo terrestre estarem em estado de guerra por assuntos ligados à disponibilidade da água. No Brasil, os últimos anos foram marcados por um grande consumo de recursos hídricos e nossa história recente mostra o alto grau de impacto sobre estes. A idéia de se pagar pela água é muito delicada, pois pode prejudicar uma grande parte da população, sem diretamente resolver o assunto. Têm papel fundamental na solução desse problema iniciativas tomadas pela própria população.

PALAVRAS-CHAVE

Água – Sociedade – Economia.

ABSTRACT

Water is a vital element for the survival of societies. It's a renewable resource, but exhaustible, and it has caused a great interest in society in the latest years. Mainly it's because of the fact that many areas worldwide are now in conflict due to its privation. The utilization of water resources along with its overuse effect on the environment have lately increased in Brazil. Paying for water supplying may torment a great amount of population without solving the problem. As a matter of fact, local population actions play a major role in finding a solution for water depleting.

KEYWORDS

Water – Society – Economy.